



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/151/2024
Processo Administrativo n.º 2024-40XHM

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O **PRO-VITAE - INSTITUTO SUL CAPIXABA DE ATENÇÃO A SAÚDE E A ASSISTÊNCIA SOCIAL**, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA MANUTENÇÃO DA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS, ATENDIDOS PELO LAR DE IDOSOS "ADELSON REBELLO MOREIRA", DO PRÓ-VITAE, POR MEIO DE DESPESAS DE CUSTEIO E DE INVESTIMENTO NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, e o **PRO-VITAE - INSTITUTO SUL CAPIXABA DE ATENÇÃO A SAÚDE E A ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrita no CNPJ sob nº 06.040.402/0001-04, com sede Rodovia Cachoeiro via Monte Líbano, s/n Bairro Vilage da Luz Cachoeiro de Itapemirim ES CEP.29.309-429, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado pelo Sr. **ATTILA MIRANDA MARQUES**, portador da CI nº [REDACTED] órgão expedidor [REDACTED] e inscrito (a) no CPF sob o nº. [REDACTED] resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2024-40XHM** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto Cooperação Técnica e Financeira para manutenção da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, atendidos pelo Lar de Idosos "Adelson Rebello Moreira", do Pró-Vitae, por meio de despesas de custeio e de investimento conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 130.714,08 (cento e trinta mil setecentos e quatorze reais e oito centavos)**.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ **130.000,00 (cento e trinta mil reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte :500 ED:3.3.50.43 R\$ 110.000,00
ED: 4.4.50.42 R\$ 20.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de **R\$: 714,08 (setecentos e quatorze reais e oito centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 – As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **30/11/2025** conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

.ATTILA MIRANDA MARQUES

Presidente PRO-VITAE - INSTITUTO SUL CAPIXABA DE ATENCAO A SAUDE E A ASSISTENCIA SOCIAL

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 26/12/2024 10:38:04 -03:00

ATTILA MIRANDA MARQUES
CIDADÃO
assinado em 26/12/2024 10:34:10 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/12/2024 10:38:05 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JEANNE APARECIDA LUGÃO SILVEIRA (SUPERVISOR I - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-22VDZC>

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Sítio eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Pró-Vitae Instituto Sul Capixaba de Atenção à Saúde e à Assistência Social		CNPJ 06.040.402/0001-04
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rodovia Cachoeiro via Monte Líbano, s/n		
Bairro Village da Luz	Cidade Cachoeiro de Itapemirim	CEP 29.309-429
E-mail da Instituição adelsonrebello@santacasacachoeiro.org.br provitae@santacasacachoeiro.org.br		Sítio eletrônico de divulgação da parceria https://www.facebook.com/people/Lar-De-Idosos-Adelson-Rebello-Moreira/100012323674230 https://www.instagram.com/lardeidososadelsonrebello/
Local físico de divulgação da parceria		
Telefone 1 (28) 3522-1997	Telefone 2 (28) 99935-9644	Telefone 3 (28) 99902-6629

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Attila Miranda Marques		CPF: [REDACTED]	
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor [REDACTED]	Cargo na OSC Presidente	Mandato vigente até 01/06/2024 a 31/05/2028
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade Cachoeiro de Itapemirim	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3 ()	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO

PROJETO

Nome Cíntia Melo Silva Gaspar		
Área de Formação Biologia		Nº do Registro no Conselho Profissional CRBIO 115742/02D
Bairro [REDACTED]	Cidade Cachoeiro de Itapemirim	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone do Técnico 1 [REDACTED]		Telefone do Técnico 2 [REDACTED]

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

- Breve histórico e finalidade da OSC;

O Pró-Vitae Instituto Sul Capixaba de Atenção à Saúde e à Assistência Social, é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse de Público (lei 9790/99), fundado em 07 de novembro de 2003, qualificado pelo Ministério da Justiça 08071.000288/2005-11, de 9/03/2005, qualificada com título de CEBAS conforme Portaria Nº 8 de 29 de janeiro de 2019 - 71000.045356/2018-58, 55192/2019. Foi criado o Instituto Pró-Vitae para auxiliar na captação de recursos, e em 2010 para atender as exigências legais a Santa Casa Cachoeiro denominou o Pró-Vitae como personalidade jurídica do Lar de Idosos. Tem como objetivo estatutário: apoiar a Gestão de Saúde, e desenvolver atividades de assistência social e apoio ao sistema de saúde, (...); promover assistência ao idoso(...). Atualmente tem como área de atuação o Lar de Idosos “Adelson Rebello Moreira”, foi fundado em 1974 e faz parte da história da Santa Casa. Atualmente possui 40 idosos institucionalizados, sendo essa a capacidade máxima da Instituição.

- Principais ações na área da assistência social;

Visando cumprir o que determina o Estatuto do Idoso (lei 10.741) no Art. 49, preservando a vida ativa e o envelhecimento saudável. Realizamos todas as atividades regulares no Lar e alguns passeios externos, como ida ao cinema, circo, praia de Itaipava entre outros. As visitas de familiares foram permitidas livremente e mantendo o uso de máscaras caso algum sintoma gripal. As chamadas de vídeo e ligações continuaram sendo realizadas nos finais de semanas pelos cuidadores, no intuito de preservar o vínculo familiar.

- Caracterização do serviço socioassistencial (informar como o serviço socioassistencial está organizado, conforme a Resolução CNAS nº 109 de 11/11/09 – tipificação nacional de serviços socioassistenciais e outras normativas da área);

O Serviço da Proteção Social Especial – Alta Complexidade, Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI), previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais da Resolução CNAS Nº 109, 11 de novembro de 2009.

- Perfil do público beneficiário da entidade (como: faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia);

Ofertado para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou não com diversos graus de dependência, com ou sem renda.

- Capacidade de atendimento;

40 idosos, em atendimento ao descrito na resolução CEDDIPI nº 005/2014.

- Metodologia de trabalho (como são realizados os projetos/atividades).

A metodologia de trabalho segue assessoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Ministério Público, com método de acompanhamento e registro individualizado. No serviço de acolhimento Institucional da Pró-Vitae é feita a orientação à família sobre seus direitos e deveres, estimula a convivência social, familiar e comunitária. Articulando com a rede socioassistencial e com outras políticas públicas e órgãos do sistema de garantia de direitos. Cumpre esclarecer que o atendimento do profissional psicológico e assistente social são fornecidos pelo município, sendo assim, nossos idosos são atendidos sempre que solicitados, no que tange as ações da assistência social. O CREAS é a porta de entrada dos idosos na instituição, e a responsabilidade na realização de todo processo antes da institucionalização. Atualmente, conta com uma equipe multidisciplinar composta por 15 funcionários cedidos pela Santa Casa, 18 contratados pelo Pró-Vitae. A Instituição pactuou diversos convênios por intermédio da Secretária Mun.de Assist. Social - SEMDES, como: * Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS: Termo Colaboração 034/2018.* Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS: Termo Colaboração 035/2018.* Recursos do Tesouro Municipal – PMCI: Termo Colaboração 036/2018.* Estabelecemos também parcerias com as Universidades, oferecendo campo de estágio e realizando atividades consideradas de grande relevância para a socialização e entretenimento dos idosos atendidos, além de Projeto Sociais, como Unimed, 1ª Vara Federal e 2ª Vara Criminal de Cachoeiro e Emendas Parlamentares via SETADES. Cabe descrever que a principal parceira é a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, sendo fonte de recursos para o pagamento da folha dos funcionários que são cedidos, por meio do Contrato 001/2011. Também como fonte de recursos, os 70% dos benefícios dos idosos, utilizados para custeio e investimento e os recursos Federal, Estadual e Municipal por meio de subvenções com a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, para custeio.

6 – SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação Técnica e Financeira para manutenção da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, atendidos pelo Lar de Idosos "Adelson Rebello Moreira", do Pró-Vitae, por meio de despesas de custeio e de investimento.

6.2. Objetivo geral

Assegurar ao idoso assistido com absoluta prioridade a efetivação do direito a vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, cidadania, liberdade, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária, bem como prestação de serviços de acolhimento, cuidados e proteção por 24 horas, de forma contínua para idosos com ou sem referência familiar.

6.3. Objetivos específicos

- _ Disponibilizar o serviço de Energia Elétrica ao Lar;
- _ Disponibilizar o serviço de Tratamento de água ao Lar;
- _ Acompanhar e monitorar o estado nutricional dos idosos;
- _ Disponibilizar instalações físicas em condições adequadas de higiene, alimentação e segurança;
- _ Garantir o atendimento aos idosos com pessoal qualificado;
- _ Preparar alimentação adequada à necessidade de cada um;
- _ Incentivar o fortalecimento do idoso e família;
- _ Envolver os idosos nas atividades da sociedade.

6.4. Público beneficiário da proposta

- 40 Idosos Institucionalizados - 20 homens e 20 mulheres

30 a 59 anos: 01

Acima de 60 anos: 39

Os Institucionalizados abaixo de 60 anos, estão na Instituição há longa data. Quando passaram a exigir a idade, os idosos já estavam com vínculo estabelecido na instituição, por esse motivo o Ministério Público não interferiu. Atualmente todas as admissões estão em consonância com a política de assistência ao idoso e são acompanhadas pelo CREAS.

6.5. Justificativa

O acolhimento de idosos em instituição de longa permanência é um dos serviços da assistência social, executado através das ações da proteção social especial de alta complexidade. Embora as pessoas estejam vivendo mais, chegar à terceira idade exige uma série de cuidados e acompanhamento profissional. Neste contexto o serviço prestado pela Pró-Vitae é fundamental no atendimento aos idosos e a entidade é referência no acolhimento desse público, ofertando serviços na área da saúde e da assistência social e seguindo todas as legislações e normativas vigentes. Com aquisição de gêneros alimentícios, pagamentos de contas e aquisição das camas/colchões poderemos melhorar a manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

1. RECURSOS HUMANOS				
Nº	FUNCIONÁRIOS	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO TRABALHISTA
1	ALESSANDRO DUARTE PONTES	MOTORISTA	44 hrs semanais	PRÓ-VITAE
2	ANDREINA DE SOUZA CORREA	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
3	ANDRESSA TANURE RAMOS PINTO	ENFERMEIRA	44 hrs semanais	CEDIDO SANTA CASA
4	CAROLAINE SANTOS BORGES	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
5	CINTIA MELO SILVA GASPAS	GERENTE ADMINISTRATIVO	44 hrs semanais	CEDIDO SANTA CASA
6	CLAUDINEIA BENTO DA SILVA	AUXILIAR DE LAVANDERIA	44 hrs semanais	PRÓ-VITAE
7	CRISALDIR PAZ DE OLIVEIRA	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
8	DAIANE GONÇALVES DA SILVA	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
9	DARLY ALVES MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇO APOIO	12x36	CEDIDO SANTA CASA

10	ELAINE CRISTINA LOPES	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
11	ELIANA PANETTO BONO	AUXILIAR DE SERVIÇO APOIO	12x36	CEDIDO SANTA CASA
12	FABIANA DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS	12x36	CEDIDO SANTA CASA
13	FERNANDA NOGUEIRA SANTANA LIMA	AUXILIAR DE LAVANDERIA	44 hrs semanais	PRÓ-VITAE
14	GILSON CAXEIRO ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS	44 hrs semanais	PRÓ-VITAE
15	HERMINDO CARDOSO RODRIGUES	AUXILIAR DE APOIO	12x36	CEDIDO SANTA CASA
16	JULIANE SOARES RODRIGUES	NUTRICIONISTA	30 hrs semanais	PRÓ-VITAE
17	JOSIELEN MAARTINS ROSA	SECRETÁRIA	44 hrs semanais	PRÓ-VITAE
18	KATIA VALORY HENRIQUE	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
19	LÁIRA MARTINS GASPARG COSTA	ASSISTENTE FINANCEIRO	44 hrs semanais	CEDIDO SANTA CASA
20	MÁRCIA CRISTINA ALVES SALES ROCHA	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
21	MARIA APARECIDA DE SOUZA NASCIMENTO BRAZ	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
22	MARIA DA GLORIA RIBEIRO	AUXILIAR DE COZINHA	12x36	CEDIDO SANTA CASA
23	MARIA HELENA RAMOS	COZINHEIRA	12x36	CEDIDO SANTA CASA
24	NALY SILVA SANTOS	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
25	ROQUE DE SOUZA	OFICIAL POLIVALENTE	44 hrs semanais	PRÓ-VITAE
26	SANDRA DE SOUZA JACONE	AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS	12x36	CEDIDO SANTA CASA
27	SANDRA MEIRA LEANDRO	COZINHEIRA	12x36	CEDIDO SANTA CASA
28	SILVIA DELES DUARTE	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
29	TIAGO CORDEIRO GOMES	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE
30	VANUSA GONÇALVES CAXIAS	CUIDADOR DE IDOSOS	12x36	PRÓ-VITAE

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

Para a avaliação será realizado um questionário para aplicar junto aos acolhidos, e posteriormente será expedido um relatório ao final da execução pela Enfermeira e pela Nutricionista da instituição, sob orientação da responsável técnica da instituição.

6.8. Sustentabilidade da proposta

Após o repasse do recurso, serão realizados orçamentos para que a compra seja efetuada de forma a atender os idosos.

6.9. Período de execução do objeto

Início: Dezembro/2024	Término: Novembro/2025
------------------------------	-------------------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: "Manter e qualificar a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos – ILPI, para 40 idosos, pelo período de vigência da parceria".

Indicador(es):

- Nº de idosos acolhidos/atendidos, comprovados por meio de lista
- Atendimento /Ações realizadas, comprovadas por meio de relatórios
- Grau de satisfação dos usuários do serviço de acolhimento, aferido por meio de pesquisa.

Metodologia de execução: Planejamento e organização das atividades e ações. Oferta contínua do serviço. Monitoramento e Avaliação do Serviço.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento de atividades e ações.	-	12/2024	11/2025
1.2. Oferta diária/continua das atividades e ações que visam o atendimento adequado do idoso em situação de acolhimento	-	12/2024	11/2025

Meta 2: Aquisição de produtos de gêneros alimentícios em caráter complementar as refeições, oferecidas diariamente aos 40 idosos institucionalizados, no período de 12 meses.

Valor (R\$):
R\$ 46.973,30

Indicador(es):

- Gêneros Alimentícios adquiridos, comprovados por meio de notas fiscais.
- Nº de idosos atendidos com as refeições/ gêneros alimentícios, comprovados por meio de fotos e listas.

Metodologia de execução: Realização das cotações dos preços, realizar as compras pelo menor valor e de acordo com o Plano de Trabalho.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Planejamento da aquisição	-	12/2024	11/2025
2.2. Aquisição dos Gêneros Alimentícios	R\$46.973,30	12/2024	11/2025

Meta 3: Pagamento de Contas Correntes – Serviços de Terceiros, no período de 5 meses.		Valor (R\$): 63.100,78	
Indicador(es):			
<ul style="list-style-type: none"> Contas correntes; Água, Combustível, Contabilidade, Energia, Gás, Telefone Celular e Telefone Fixo, com pagamentos comprovados por meio de recibos e/ou notas fiscais. 			
Metodologia de execução: Realizar pagamento das contas da Instituição,			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
3.1. Planejamento da aquisição	-	12/2024	04/2025
3.2. Pagamento Mensal	R\$ 63.100,78	12/2024	04/2025

Meta 4: Aquisição de bens permanentes, para benefícios dos idosos acolhidos, pelo período de 12 meses.		Valor (R\$):20.640,00	
Indicador(es):			
<ul style="list-style-type: none"> Camas Hospitalares com Colchões adquiridos, comprovadas por meio de notas fiscais e fotografias 			
Metodologia de execução: Realização das cotações dos preços, realizar as compras pelo menor valor e de acordo com o Plano de Trabalho.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
4.1. Planejamento da aquisição	-	12/2024	11/2025
4.2. Aquisição das Camas Hospitalar (08) oito unidades	R\$20.640,00	12/2024	11/2025

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE (contrapartida)	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 46.973,30		R\$ 46.973,30
	Serviços de terceiros – pessoa física			
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 63.026,70	R\$ 74,08	R\$ 63.100,78
	Equipe encarregada pela execução			
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	R\$20.000,00	R\$ 640,00	R\$20.640,00
TOTAL				R\$130.714,08

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
Achocolatado 1 kg	Kg	15	R\$ 14,32	R\$ 214,80
Açúcar Cristal, embalagem de 5kg	Kg	120	R\$ 18,99	R\$ 2.278,80

Adoçante 100 ml	Unid	99	R\$ 4,59	R\$ 454,41
Arroz Tipo 1, embalagem de 5kg	Kg	120	R\$ 30,99	R\$ 3.718,80
Aveia Flocos Finos 200 gr	Unid	50	R\$ 4,99	R\$ 249,50
Azeitona sem Caroço 200 gr	Unid	50	R 5,79	R\$ 289,50
Batata Palha 300 gr	Unid	15	R\$ 12,65	R\$ 189,75
Biscoito de Sal 500 gr	Unid	100	R\$ 5,32	R\$ 532,00
Biscoito de Doce 500 gr	Unid	100	R\$ 5,32	R\$ 532,00
Café 500gr	Unid	100	R\$ 15,65	R\$ 1.565,00
Canjicão 500 gr	Unid	10	R\$ 6,32	R\$ 63,20
Chá Cidreira 10 gr	Unid	30	R\$ 4,15	R\$ 124,50
Chá Matte Leão 16 gr	Unid	30	R\$ 4,15	R\$ 124,50
Chá Erva Doce 13 gr	Unid	30	R\$ 4,16	R\$ 124,80
Colorou 500 gr	Unid	10	R\$ 10,65	R\$ 106,50
Creme de Leite 200 gr	Unid	20	R\$ 3,59	R\$ 71,80
Ervilha 200 gr	Unid	30	R\$ 4,19	R\$ 125,70
Farinha de Mandioca 1 kg	Kg	10	R\$ 5,92	R\$ 52,90
Feijão Preto tipo 1	Kg	100	R\$ 9,49	R\$ 949,00
Fubá 1 kg	Kg	10	R\$ 3,59	R\$ 35,60
Macarrão Espaguete 1 kg	Kg	70	R\$ 7,16	R\$ 501,20
Macarrão Parafuso 500 gr	Kg	86	R\$ 6,52	R\$ 560,72
Maionese 200 gr	Unid	65	R\$ 2,72	R\$ 176,80
Margarina 500 gr	Unid	210	R\$ 9,99	R\$ 2.097,90
Massa de Lasanha	Kg	15	R\$ 11,99	R\$ 179,85
Milho Verde 200 gr	Unid	90	R\$ 3,96	R\$ 356,40
Óleo de Soja 900 ml	Unid	135	R\$ 6,16	R\$ 831,60
Refrigerante Zero	Unid	96	R\$ 6,32	R\$ 606,72
Sal	Kg	40	R\$ 2,29	R\$ 91,60
Suco de Uva 1 lt	Unid	30	R\$ 11,32	R\$ 339,60
Vinagre	Unid	30	R\$ 2,72	R\$ 81,60
Chã de Fora	Kg	200	R\$ 30,32	R\$ 6.064,00
Fígado de Boi	Kg	195	R\$ 12,65	R\$ 2.466,75
Músculo Bovino	Kg	300	R\$ 24,65	R\$ 7.395,00
File de Peito	Kg	150	R\$ 20,32	R\$ 3.048,00
Patinho – Bifado	Kg	160	R\$ 34,65	R\$ 5.544,00
Pernil Suíno	Kg	125	R\$ 18,65	R\$ 2.331,25
Coxa sobre Coxa	Kg	125	R\$ 11,65	R\$ 1.456,25
Muçarela	Kg	15	R\$ 40,99	R\$ 614,85
Presunto	Kg	15	R\$ 27,99	R\$ 419,85
TOTAL GERAL (8.1.1)				R\$ 46.973,30

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Pagamento Conta Telefone da Instituição	Un	7	R\$ 90,02	R\$ 630,14
Pagamento Conta Celular da Instituição	Un	6	R\$ 97,64	R\$ 585,84

Pagamento Conta Energia Elétrica da Instituição	Un	5	R\$ 1.718,25	R\$ 8.591,25
Pagamento Conta Água da Instituição	Un	5	R\$ 4.742,61	R\$ 23.713,05
Pagamento Serviços Prestados em Contabilidade	Un	5	R\$ 2.118,00	R\$ 10.590,00
Pagamento de Gás	Un	5	R\$ 1.664,23	R\$ 8.321,15
Pagamento de Gasolina	Lts	803	R\$ 6,37	R\$ 5.179,35
Pagamento de Diesel	Lts	900	R\$ 6,29	R\$ 5.490,00
TOTAL GERAL (8.1.2)				R\$ 63.100,78

8.1.3 Equipamentos e Materiais Permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Camas Hospitalar um Movimento com par de Grade de Encaixe	Un	08	R\$ 1.801,67	R\$ 14.413,36
Colchão Cuvim D 28	Un	08	R\$ 778,33	R\$ 6.226,64
TOTAL GERAL (8.1.3)				R\$20.640,00

TOTAL GERAL (8.1.1 – 8.1.2 – 8.1.3)	R\$130.714,08
--	----------------------

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
DEZ /2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAIO/2025
R\$ 130.000,00					
JUN/2025	JUL/2025	AGOS/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
DEZEMBRO /2024	JANEIRO/2025	FEV/2025	MAR/2024	ABR/2025	MAI/2025
R\$714,08					
JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

<p>Na qualidade de representante legal da Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente, declaro, para fins de prova junto a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), para os efeitos e sob as penas da Lei, que:</p> <p>a) A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;</p> <p>b) A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;</p> <p>c) Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;</p> <p>d) Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;</p> <p>e) Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.</p>

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em Cachoeiro de Itapemirim, 2024.

Assinatura do Representante Legal

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em de de .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 26/12/2024 10:38:03 -03:00

ATTILA MIRANDA MARQUES
CIDADÃO
assinado em 26/12/2024 10:35:20 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/12/2024 10:38:04 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JEANNE APARECIDA LUGÃO SILVEIRA (SUPERVISOR I - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-B848VV>

Vitória (ES), sexta-feira, 27 de Dezembro de 2024.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para estruturação e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos ofertado pela AOPA, por meio da realização de despesas de investimento.

Valor: R\$ 29.467,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, noventa e nove centavos) proveniente da Emenda Parlamentar nº 296 LOA 2024.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/09/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244.0191.2239.

Elemento de Despesa: 4.4.50.42

Fonte: 500

Gestor Titular: Paula de Oliveira Martins Lebarch - N. F. 3290883

Gestor Suplente: Camila Nogueira Felsky - N. F. 3553280

Vitória, 26 de setembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1458787

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/158/2024

Processo nº.: 2024-3LW5C

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação das Obras Pavonianas de Assistência.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para estruturação e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos ofertado pela AOPA, por meio da realização de despesas de investimento.

Valor: R\$ 29.467,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, noventa e nove centavos) proveniente da Emenda Parlamentar nº 296 LOA 2024.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 26 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1458788

Resumo do Termo de Fomento SETADES/151/2024

Processo nº.: 2024-40XHM

Registro SIGEFES: 240838

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Pro-vitae - Instituto Sul Capixaba de Atenção a Saúde e a Assistência Social.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para manutenção da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, atendidos pelo Lar de Idosos "Adelson Rebello Moreira", do Pró-Vitae, por meio de despesas de custeio e de investimento.

Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) proveniente das Emendas Parlamentares nº 0595, 1235 e 0138 LOA 2024 e R\$ 714,08 (setecentos e

quatorze reais e oito centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: à partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191. 2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 e 4.4.50.42

Fonte: 500

Gestor Titular: André Francisco Ribeiro - N. F. 3345750

Gestor Suplente: Marcia Carvalho Vieira N. F. 3853349

Vitória, 26 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1458789

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/151/2024

Processo nº.: 2024-40XHM

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e o Pro-vitae - Instituto Sul Capixaba de Atenção a Saúde e a Assistência Social.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para manutenção da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, atendidos pelo Lar de Idosos "Adelson Rebello Moreira", do Pró-Vitae, por meio de despesas de custeio e de investimento.

Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) proveniente das Emendas Parlamentares nº 0595, 1235 e 0138 LOA 2024 e R\$ 714,08 (setecentos e quatorze reais e oito centavos) de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 26 de dezembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1458791

Resumo do Termo de Fomento SETADES/153/2024

Processo nº.: 2024-H0Q3C

Registro SIGEFES: 240861

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Colatina - APAE.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para manutenção do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias, ofertado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colatina, por meio de despesas de custeio e de investimento.

Valor: R\$ 139.289,60 (cento e trinta e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0206, 0592, 1011 e 1282 LOA 2024 e R\$ 706,00 (setecentos e seis reais) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/12/2024 09:02:02 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JEANNE APARECIDA LUGÃO SILVEIRA (SUPERVISOR I - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-W1J8KJ>